

# O PATRIMONIALISMO NA SOCIEDADE E NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Rui Martinho Rodrigues\*

## I INTRODUÇÃO

A tentativa de reunir ao estudo das especificidades do ensino, do aprendizado e demais desafios estritamente educacionais, às considerações da sociedade inclusiva, pode ser objeto de diferentes abordagens, uma das quais é o exame da influência do patrimonialismo sobre a educação no Brasil. Para isso podemos incursionar, inicialmente, pelas peculiaridades da sociedade brasileira.

O patrimonialismo é uma forma de dominação tradicional,

*“...inspirada diretamente na economia doméstica (oikos) (...) vincula-se a uma ordem estamental, onde os direitos e as obrigações são alocados basicamente de acordo com o prestígio e os privilégios estamentais. A organização política patrimonial dar-se-ia na medida em que o dominante organizasse de forma análoga ao seu poder doméstico o poder estatal.(...) vincula dominantes e dominados por meio de uma comunidade consensual (...) que repousa na convicção de que o poder senhorial exercido tradicionalmente constitui direito legítimo do seu senhor. (...) Apropriando-se dos cargos administrativos e monopolizando-os, a dominação patrimonial não estabelece distinção entre as esferas pública e privada...”* (F.G.V., 1986:874).

As políticas sociais em geral - e as políticas educacionais em particular - têm sido fortemente

influenciadas pela tradição patrimonialista<sup>1</sup> brasileira. Tal tradição é minudentemente explicada por Faoro (1984), sem que o estudo dos aspectos relativos à educação integrem os objetivos da obra monumental do autor aludido - *Os donos do poder*. Avaliar o impacto do patrimonialismo sobre a educação requer algumas considerações sobre as sociedades tradicionais, tanto quanto sobre a própria educação. A afetividade predomina, nas sociedades tradicionais, que também tendem ao personalismo, às trocas inespecíficas<sup>2</sup>, às relações comunitárias<sup>3</sup>, à sacralização das explicações do mundo, à diabolização do outro, à indiferenciação das instituições e funções sociais, dentre outros aspectos.

As sociedades modernas ou seculares, ao contrário, tendem à impessoalidade, às trocas específicas, às relações societárias, à naturalização ou historicização das explicações do mundo, à diferenciação entre as instituições e funções sociais, ao pluralismo no qual a dissidência é encarada como uma simples manifestação da diversidade cosmopolita. Por isso o

*“...desenvolvimento socioeconômico é concebido (...) como um processo de difração, definido como a diferenciação de funções independentes e altamente específicas para as diferentes estruturas ou organizações que compõem a sociedade.(...) A especificidade da função também é característica dos sistemas administrativos mais eficientes.(...) os sistemas políticos desenvolvidos também são marcados por uma separação dos papéis...”*(Sander, 1977:7-8).

As sociedades tradicionais são assim chamadas *pré-prismáticas*, aquelas que já diferenciaram suas estruturas e funções denominam-se *pós-prismáticas*, sendo *prismáticas* as que estão em vias de estabelecer tal diferenciação, segundo Riggs apud Sander. O

\* Mestre em sociologia, Professor do Departamento de Fundamentos da Educação - FACED - Universidade Federal do Ceará.

patrimonialismo tem lugar nas sociedades prismáticas e pré-prismáticas, o que vale dizer, tradicionais, uma vez que a imagem da difração serve apenas a uma descrição ou, de certo modo, como explicação, deste tipo de sociedade.

A formação da sociedade brasileira é caracterizada pela circunstância peculiar de haver começado com um Estado – representado por um *donatário* de capitania – construindo uma sociedade. É um Estado com nítidas características burocrático-patrimoniais, tão bem descritas por Faoro (1984), Schwartzman (1988) e Paim (1994). As estruturas jurídico-políticas caracterizadas pelo patrimonialismo têm marcado profundamente a sociedade brasileira. Porém, a profundidade e a amplitude de tal influência não deve ser interpretada como um determinismo irreconstruível, como pode parecer em *Os donos do poder* (Faoro, 1984). A relativização do patrimonialismo é mais nítida em *Bases do autoritarismo brasileiro* (Schwartzman, 1988) e – principalmente – em *A querela do estatismo* (Paim, 1994).

## 2 TRAÇOS DE TRADICIONALISMO NA SOCIEDADE E NA EDUCAÇÃO BRASILEIRAS

O personalismo, o formalismo, a natureza confessional da cultura e a presença do sentimento de honra estamental, traços do ideal-tipo de sociedade tradicional, denotam a persistência do tradicional em meio à modernização cuja presença também é notória na sociedade brasileira.

### ***O Personalismo***

O personalismo se caracteriza pela atitude refratária em relação à impessoalidade da norma jurídica, salientando-se pela discriminação entre cidadãos. A persistência deste traço arcaico, ou tradicional, nas nossas instituições, pode ser flagrada em comportamentos que se expressam por frases que já se tornam comuns, do tipo *isso é legal mas não é ético, e entre a lei e os meus princípios eu fico com os meus princípios*. Além disso, a famosa frase *you know com quem está falando?* – registrada por Sérgio Buarque de Holanda (1976), em *Raízes do Brasil* – é denotativa da tipologia weberiana aqui apreciada, sendo largamente conhecida entre nós. A segunda frase é assumidamente arrogante, típica do

estamento burocrático-patrimonial. A primeira é própria do patronato que sabe se disfarçar, recorrendo à invocação da ética para ocultar a própria arbitrariedade. A nova atitude descaracteriza o *ideal-tipo*, mas a persistência do personalismo que contrapõe o juízo ético pessoal à lei é um forte traço – não a figura integral – do tipo em evidência.

O personalismo sabe se disfarçar. Ele pode assumir as mais variadas formas. A arbitrariedade típica da burocracia patrimonial, a arrogância própria da honra estamental, já não exibem a face despudoradamente, preferindo ocultá-la sob a máscara do moralismo, o que explica a súbita epidemia de puritanismo, expresso na constante invocação da ética, para legitimar a arbitrariedade e a oposição à lei. A arrogante frase *you know com quem esta falando?* foi substituído pela outra expressão: *entre a lei e os meus princípios eu fico com os meus princípios*. O virtuosismo democrático é outro disfarce do arbítrio patrimonial. Por ele se recorre à arguição de ilegitimidade da norma jurídica ou dos atos administrativos baseados em tais normas, com o que se oculta o personalismo e a prepotência. Daí a súbita e massiva conversão dos membros de todo o estamento burocrático – reduto do patrimonialismo, sede do patronato – a um certo sociologismo crítico. Metamorfoseados em *aprendizes de feitiçeiro* da *feitiçaria* sociológica os donos do poder transmudam-se de representantes da tradição patrimonialista em representantes da resistência a um ordenamento jurídico alegadamente ilegítimo.

Não se é arbitrário sem contestar a legitimidade da lei.

Os ditos neoconvertidos à democracia e ao moralismo não se constroem de cometer algumas impropriedades quando assim procedem, ou não chegam a perceber os próprios tropeços sociológicos, seja por tática ou por indigência teórica. O estamento burocrático apresenta contrastes profundos. O vale-tudo da luta por posições de *honra* convive com o acentuado moralismo; as juras de amor à democracia misturam-se à reação contrária aos representantes do legítimo poder democrático, oriundo de eleições gerais na sociedade; a arrogância se justapõe à subserviência e ao servilismo, prevalecendo este último diante dos *superiores* das confrarias no interior do estamento.

### ***A Resistência antidemocrática e o formalismo***

O recurso ao *virtuosismo democrático*, no afã de defender a autonomia dos donos do poder

estamental, é usado contra o poder derivado de eleições universais, cuja validade o próprio estamento patrimonial reconhece. Para deter o processo que leva a subordinação da elite técnico-burocrática controladora das instituições públicas à autoridade derivada das eleições universais, os donos do poder desfraldam a bandeira do participacionismo, para opor à força da democracia de massa o poder dos grupos particularistas por eles mesmos constituídos e manobrados no interior da máquina estatal.

O círculo diminuto em que se constituía o patronato, abriu, a partir de 1930, as portas do seu privilegiado estamento à chamada *classe média*, ensejando uma democratização limitada a este segmento social, em 1946. A reabertura dos anos oitenta – integrada ao movimento histórico mais amplo da modernização, introduz o dado absolutamente novo no cenário político brasileiro, que é o advento da democracia de massas. Resistir a um dado tão forte requer astúcia, razão pela qual os aprendizes do mestre Maquiavel, inspiram-se nas *...raposas, para evitar os laços* (Machiavelli, 1987:74) que a história lhes reservou, aparentando virtude democrática, transpirando participacionismo.

O formalismo aqui referido resulta do jogo de aparências no qual se produzem fórmulas modernas e democráticas no discurso, mas tais fórmulas não têm, efetivamente, resultados democráticos. Fazem-se juras de amor à democracia, e não obstante resiste-se ao poder derivado das urnas, acoimando-se os titulares da legitimidade derivada, conferida pelos titulares da legitimidade originária, de *interventores*. Legitimidade originária é aquela obtida nas urnas, em eleições universais, com a manifestação da vontade de toda a sociedade, não de grupos específicos encastelados nas instituições públicas. Já a legitimidade derivada é a que decorre de nomeação feita por quem detém a legitimidade originária. Cercear a segunda é negar a primeira. O argumento participacionista é um hábil disfarce usado pelos donos do poder, conferindo uma aparência democrática a quem se opõe à democracia. Além de permitir a prática da mobilização política, o sonho dos *vaqueiros da cidadania*.

### **A honra estamental**

A honra estamental se manifesta, presentemente, no desprezo pelas coisas práticas, na valorização da *cultura inútil* do palavreiro oco, que de tão

vazio chega a dispensar a sintaxe, limitando-se a um léxico de semântica tão elástica quanto duvidosa. A articulação das proposições do discurso facilmente se resolve com a expressão *passa necessariamente por*, ou com a interposição do conectivo *e* dizendo-se por exemplo, *educação e trabalho*, sem a preocupação de explicitar a conexão. Além disso tudo se resolve com as expressões *no bojo* ou, *inserindo no contexto*, ou ainda precedendo-se o que se deseja afirmar com o indefectível *a nível de*. Finalmente o discurso chega a apoteose quando são nomeados os vilões que estão *por trás* de tudo: a *globalização* e o *neoliberalismo*. Não importa que o *sábio analista* não conheça o que são tais coisas, nunca tenha lido um autor liberal, não distinga o liberalismo monetarista da escola de Chicago, de outro, como o institucional da escola da Pensilvânia ou do liberalismo filosófico vienense. Mais importante do que tudo isso é não esquecer de antepor a palavra *questão* a cada frase que proferir, ou carregar na veemência.

O horror ao trabalho, o simbolismo dos cargos e dos títulos, a manipulação afetiva dos laços pessoais, ao lado da incapacidade para resolver problemas práticos, são traços da forma tradicional de dominação até hoje persistentes no estamento burocrático-patrimonial brasileiro. A incapacidade do patronato para resolver problemas concretos é habilmente camuflada pelo participacionismo, que dilui a responsabilidade da inação mediante o recurso às reuniões prolongadas nas quais muito se fala e pouco se diz, em que as pessoas gratas ao poder local são apoiadas, elogiadas e assim trabalhadas para ingressar no restrito círculo dos donos da *res pública*.

Especificamente sobre o horror ao trabalho, Jorge Caldeira (1995:182), expressa os sentimentos do Brasil Imperial nos seguintes termos:

*achar trabalhadores livres dispostos a se empregar numa fábrica era tarefa acima das forças de qualquer mortal, por conta do ideário que cercava o trabalho naquele mundo de senhores e escravos. Qualquer trabalho manual, por bem pago que fosse, era considerado tarefa degradante para cidadãos livres.*

O formalismo desvia a discussão para o processo decisório, que é a *forma* como se decide, esvaziando os aspectos pertinentes ao acerto da decisão - *substância* do problema - e a obrigação de decidir, ônus dos que têm o privilégio dos cargos de responsabilidade. Cria-se, por meio desta dramaturgia, a

impressão de empenho, esforço, trabalho e competência, massagiando-se o ego dos que falam e desabafam sem apresentar qualquer resolutividade, sentindo-se sábios e virtuosos, atacando alvos fáceis, vagos e disponíveis como bode expiatório para todas as insatisfações. Por acréscimo ainda se aparenta uma *compreensão profunda* dos problemas mediante o recurso ao léxico desconexo da *novilíngua* e do *duplípensar*.<sup>4</sup>

A honra estamental se manifesta ainda no credencialismo que infla a importância dos títulos, no apego aos cargos da burocracia, não importando que tais cargos não tenham poder sobre verbas ou pessoas. O estamento burocrático se entredevora pelos *carguinhos*, os quais, além de vazios de poder, não sinalizam méritos ou reconhecimento. Não passam de um simbolismo. E simbolismo de poder, não sobre verbas ou pessoas, por força da natureza anárquica das instituições burocráticas do aparato estatal, mas poder sobre um jogo de distribuição de comendas. Daí o desespero dos burocratas quando perdem um *carguinho*. É o sentimento de perda pessoal próprio de quem não distingue a coisa pública da fazenda privada. É a angústia de quem sente perder a *honra* estamental.

Registre-se, porém, a descaracterização do *ideal-tipo patrimonial*, encontrando-se na realidade uma variada mistura de traços contraditórios. A economia monetária e o consumismo introduziram na burocracia patrimonial alguns traços de modernidade. O mais nítido deles é a presença no patrimonialismo de forte sensibilidade às considerações de ordem pecuniária, de modo que chega a obscurecer a honra estamental na determinação das atitudes. Os membros do estamento já não se contentam com o título de *chefe*. Eles querem também vantagens pecuniárias. Assim é que os cargos cujas gratificações não passam de valores mínimos já não são concorridos, havendo renúncias de titulares quando descobrem o valor mínimo referido.

Esta mistura de aspectos tradicionais e modernos constitui o que Simon Schwartzman (1988:65/68) denominou *neopatrimonialismo*, que de fato é mais adequado para designar o amalgama aqui descrito, deveríamos está usando esta expressão. A opção pelo uso do termo patrimonialismo, sem o prefixo *neo*, neste estudo, segue o espírito que inspira o ideal-tipo, não pretendendo ser uma fotografia do real, mas uma caricatura.

O discurso socialmente virtuoso, segundo o qual a luta pelos cargos era um *compromisso social*, foi

esquecido com a mesma desenvoltura com que foi lançado à época em que as gratificações, que eram mínimas, foram majoradas, oportunidade em que despertaram as vocações para o compromisso social. O farisaísmo social não se dá por achado. Ressalte-se, porém, que continuam a existir figuras quixotescas, representativas da tradicional honra estamental, sinceramente empenhadas em combater moinhos de vento e defender dulcinéias<sup>5</sup>.

### ***A Resistência à modernização***

A indiferenciação de estruturas sociais e da ação social dos sujeitos singulares, traços típicos das sociedades tradicionais, também resiste à democratização e modernização da sociedade brasileira. Tal democratização e modernização é descrita por Hélio Jaguaribe (in Horta, 1994:17) como a conversão de uma sociedade de classe média em uma sociedade de massas, acompanhando o dinâmico processo de industrialização da década de 40 à de 80, e a conversão de uma sociedade de massas, com a restauração democrática de 1985 e a constituição de 1988, em uma democracia de massas.

A reação encetada pela burocracia estatal à *difração* da sociedade, o que vale dizer, à diferenciação social, é uma imposição da manutenção da forma tradicional de dominação que é o patrimonialismo burocrático. O ocultamento dessa manobra de manutenção de uma forma tradicional de dominação recorre à crítica à divisão do trabalho, não importa que a revolução industrial seja um fato irreversível, não importa que o sonho de cultivar flores, filosofar e ordenhar reses (como atividades de um mesmo indivíduo) seja, não por acaso, povoado por ocupações típicas de sociedades tradicionais.

O estamento burocrático tem suas raízes fincadas no passado colonial e escravista da sociedade brasileira, e depende dos resíduos deste passado para sobreviver. Ao mesmo tempo não convém ao estamento desafiar a aspiração das camadas mais amplas por democracia e modernidade. A saída é ocultar o poder de em tudo mandar - como é próprio dos chefes na indiferenciação pré-prismática e no patrimonialismo - sob a crítica à divisão do trabalho, porque esta divide atribuições, limitando o poder.

A cultura beletrista e o bacharelismo - que hoje se prolonga no *pós-graduacionismo* - juntamente com a falta de espírito prático, herdados não somente do escravismo colonial, mas da Igreja da Contra-

Reforma, dominante na formação histórica do amplo espaço ibero-americano, já não são apresentados como um esforço de formação do *perfeito cavaleiro*. A herança de pensadores como Vergério – afinado com a Contra-Reforma – que, *embora aprovasse os estudos profissionais, no caso, a medicina e o direito*, dizia: *estas são disciplinas impróprias para a educação de um cavaleiro, pois não passam de ofícios* (Giles, 1987:98), tal herança continua presente, ainda que sob disfarce, alegando formação do *perfeito cidadão*. Junta-se aí uma tática de dominação e o tradicional preconceito da sociedade senhorial contra o trabalho, incontornável quando se trata do aprendizado de saberes práticos, operacionais, próprios de ofícios.

O *pecado* capital dos saberes úteis para os ofícios é o desvio que eles representam da senda da conquista dos corações e mentes. O importante é aprender a identificar amigos e inimigos, a amar e odiar, a confiar em santos guerreiros e a desconfiar dos dragões da maldade. Por isso o culto à personalidade e a difamação têm lugar de destaque no cotidiano do estamento burocrático.

### **Formar para Dominar**

Já não estamos no século XVII e as elites preferem aparentar virtude, cientes que estão das lições do Diplomata Florentino. O preconceito contra o trabalho, que na sociedade brasileira foi reforçado pelo longo período de escravismo, soube camuflar sua identidade arcaica com o discurso de *formação integral do homem*, repudiando os saberes pertinentes aos simples ofícios em nome de uma formação integral a ser conduzida pela escola.

A formação integral aludida supõe, além de um grande poder-formador-dominador, uma enorme eficácia da agência formadora, que se pretende seja a escola. Ela se afasta dos saberes consensuais, embrenhando-se na zona do conhecimento polêmico. O caráter polêmico dos saberes relativos à formação resulta do cosmopolitismo do nosso tempo, o qual subtrai à base axiológica das propostas formadoras o consenso sem o qual a formação expressa uma imposição e o esmagamento de minorias, ou o que é pior, o esmagamento de maiorias por um estamento minoritário. Nas sociedades tradicionais, marcadas pela univocidade cultural, pela estreiteza do etnocentrismo, e pela intolerância própria das formas também tradicionais de dominação, como é o caso do patrimonialismo, as escolas adotam um pa-

drão confessional oficial. É o que o estamento gostaria: uma *religião oficial*, com uma *excomunhão* e um *inferno* – aqui mesmo na terra – para os *incrédulos* e *apóstatas*. A descaracterização – amalgamado a fortes traços de modernidade – do tradicionalismo, faz da sonhada *religião oficial* do estamento burocrático-senhorial uma religião civil, secular e atéia, muito assemelhada à Religião da Humanidade, do senhor Auguste Comte, por mais que o patronato amaldiçoe – com uma repetitividade significativa – o positivismo, num gesto ritualístico de identificação tribal, que é também um rito de negação, que tem ainda o simbolismo de grito de guerra e a função de *reset*, aquele botão dos computadores destinados a permitir a evasão do usuário diante de um impasse: aperta-se o *reset* quando não se sabe mais o que fazer. Também se diz *positivismo*, em muitas ocasiões, quando não se tem mais argumento.

A indiferenciação entre o público e o privado – quinta essência do patrimonialismo – se prende à formação integral por vários motivos. O primeiro deles é a ambição de conquistar *corações e mentes*, conforme a advertência de Kriele (1983), objetivo adequado a um sistema de dominação. *Formação geral* significa *fazer a cabeça*, o que até se compreende, quando o objetivo é dominar. Aliás, dominar é o único objetivo no universo de valores tradicionais, fiéis às origens fincadas em sociedades marcadas pela economia de escambo, alheias à moeda e à acumulação, hierarquizadas pela honra e o prestígio, centradas em torno de um eixo confessional. E quando o objetivo é dominar é preciso *formar*, sendo melhor ainda se tal *formação* for confinada em um espaço bem delimitado e controlado como é a escola, onde o estamento burocrático tem mais poder do que em outras instâncias formadoras do ordenamento cognitivo, como a imprensa, as igrejas, os grupos informais e as famílias. Por isso o estamento chama a si a *formação integral*.

O ordenamento cognitivo escapa à falseabilidade<sup>6</sup> e à demonstrabilidade, por envolver a percepção na sua totalidade. O termo de comparação ou referência necessário ao falseamento é assim percebido e classificado pelo padrão do ordenamento cognitivo que desclassifica tudo o que poderia falseá-lo. Uma pessoa ou um argumento abalam o ordenamento cognitivo? Então é *ingênuo* ou *perverso*. A luta pelo controle do citado ordenamento leva à apologética e a outros problemas. Por isso ela é tipicamente confessional. E não por acaso as sociedades tradicionais têm como uma de suas caracterís-

ticas a tendência para as posturas confessionais em detrimento da secularização da cultura. A atitude confessional pode se manifestar nas chamadas *religiões civis*, as quais podem ser atéias, mas que se constituem em religião pelo sentido missionário, pelo messianismo, pelo espírito de seita<sup>7</sup> com o qual se julgam puros e iluminados em contraste com os *infelizes que não crêem*, acoimados de ingênuos ou perversos, e por alcançarem a totalidade do ordenamento cognitivo.

### 3 A CONEXÃO ENTRE O PATRIMONIALISMO E A EDUCAÇÃO

A procura de símbolos de honra estamental, o projeto de dominação mal disfarçado sob o eufemismo de *projeto político* com o seu propósito de conquistar *corações e mentes* - a mais terrível forma de dominação - têm sobre a educação o impacto que se traduz no desinteresse pelos conteúdos, no desdém pela erudição e no superficialismo. Isso tudo tem ocasionado um quadro pitoresco e dramático no qual as disciplinas se indiferenciam de tal modo, que estudantes apresentam um mesmo trabalho a inúmeras disciplinas - as mais diferentes - e conseguem êxito. Vale tudo no afã de salvar o poder e a honra estamental. As sínteses mais surpreendentes são produzidas para legitimar o desgastado modo de dominação tradicional, assumindo a forma de concepções educacionais. A *escavação* em busca das raízes do pensamento educacional é assaz promissora, no tocante ao esclarecimento da relação entre o poder do estamento burocrático e a educação.

#### ***A relação entre as concepções de educação e o patrimonialismo***

As diferentes concepções de educação vigentes hoje nos meios pedagógicos brasileiros, exigem, de quem queira entendê-las, um esforço de identificação dos seus principais traços constituintes e uma sistematização de toda a sua diversidade, com o objetivo imediato de agrupá-las em umas poucas vertentes, de modo a possibilitar uma apreciação do rigor lógico formal e material, assim como das contingências históricas em que se constituíram tais idéias. A sistematização pode ser feita em quatro vertentes:

uma tendência para perceber a educação como centrada na cultura. Uma outra vertente pode ser definida como centrada na pessoa. Um terceiro grupo tem como eixo um projeto político. Um quarto espaço pode ser reservado a uma educação *policêntrica* ou não-centrada.<sup>8</sup>

A educação centrada na cultura se fixa na estreita dependência do homem em relação à cultura, motivo pelo qual entende que educar é transmitir a herança cultural. Como a cultura é dotada de totalidade, tem uma paidéia, deriva uma - e somente uma - concepção de homem, lastreando o conjunto de idéias e os procedimentos educacionais. Outra derivação desta posição que gravita em torno da cultura é um certo integracionismo, além de uma tendência para a ênfase nos conteúdos. Típica das sociedades tradicionais, marcadas pelo monismo confessional, pela univocidade provinciana e pela intolerância. A educação centrada na cultura não se constrange em proclamar que tem como baliza uma - e somente uma - concepção de homem e de sociedade. É um modelo *adequado* a uma sociedade tradicional com um Estado teocrático, uma religião oficial e uma grande uniformidade cultural. Quanto à dissidência... é condenada a beber cicuta.

A educação etnocêntrica é adaptadora. O cultivo do espírito, ou a *conscientização*, em sua forma *sincrética*, é o seu modelo. As culturas têm o atributo da longa permanência, da inércia relativa das formas, sugestiva, para os que se centram nela, de uma identidade constituída para além do fenomênico, do contingente, situada nas *profundidades abissais* da metafísica, ainda que se perceba materialista. Daí a orgulhosa ênfase no próprio conceito de homem e de sociedade; e a auto-imagem de *esclarecido* (mormente quando em sincretismo com as concepções centradas no projeto político) com o seu corolário, que é a visão dos *incrédulos* como *ingênuos* ou *perversos*.

Os que têm a cultura como o centro do cogito em educação, herdeiros da univocidade cultural das sociedades tradicionais, com o seu viés confessional, elitista e, no caso brasileiro, patrimonialista, desprezam os saberes utilitários, estigmatizando os ofícios dignos de escravos, conforme vimos. O impacto disso sobre as estruturas curriculares e sobre os programas se traduz no verbalismo, que ora é pietista, ora é rebelde, conforme esteja ou não em mistura sincrética com teorias revolucionárias. O motivo para o favorecimento do verbalismo é que os saberes dotados de resolutividade favorecem à for-

ma racional-legal de poder, não à dominação patrimonial. A finalidade é a integração. A idéia do único grande rebanho facilita o sincretismo com o pensamento revolucionário, que também é apolo-gético e fascinado com a *unidade* e a organização das *ovelhinhas* orwellianas<sup>9</sup>. As resistências à integração passam a ser consideradas atitudes de *bárbaros* ou de *não-esclarecidos*.

A educação centrada na pessoa é própria das sociedades cosmopolitas. Não é integracionista, não se seduz pela *unidade do rebanho*, não é um projeto de dominação. É importada, em um certo sentido é exótica no *ninho* do estamento patrimonial. O seu modelo é o não-modelo. Procura descobrir potencialidades e limitações para desenvolver as primeiras e superar as últimas. Seu valor central é a liberdade, mas a liberdade transitiva, porque é fenomênica, não se comprometendo com o ontologismo. Não é teleológica, ou se o é, tem por finalidade a aventura da existência. Arrisca-se a incorrer em reducionismo psicologista ou cognitivista. Seu referencial teórico é a fenomenologia eventualmente acompanhada do existencialismo. Encontra resistência no estamento patrimonial, porque não sendo messiânica nem tendo espaço para formação de rebanhos, não favorece projetos políticos, que em última instância são projetos de dominação, ainda que sob bandeiras libertárias.

A educação centrada no *projeto político* é libertária e o seu modelo é o *aparelho* libertário. Sua origem histórica também é estranha em relação ao ninho ibero-americano do patrimonialismo burocrático. Mas assimilou-se facilmente ao meio. O seu discurso é *socialmente virtuoso*, seu ontologismo é afim à metafísica dos culturalistas. O seu sonho de unidade do *rebanho* é um velho conhecido da Igreja da Contra-Reforma, com sua atitude para com os *infelizes que não crêem*.

Por isso o tal projeto político foi adotado pelo espírito da Contra-Reforma e por sua vez o adotou. O seu projeto de poder se presta ao jogo do estamento burocrático que vem dando mostras de saber utilizá-lo, fazendo dos *aparelhos libertários* a nova face da dominação burocrático-patrimonial, que sempre *aparelhou* a máquina estatal com os membros do estamento aqui estudado. Renovam-se com ele o léxico e as aparências, conservando o caráter de dominação tradicional, pois os *missionários* da cruzada libertária são ou tornam-se membros do estamento, que de resto, muito se assemelha a uma *nomenklatura* tropical.

O historicismo<sup>10</sup> do *projeto político*, amoldou-se ao imobilismo dos que têm como eixo a cultura, servindo de reforço ao determinismo imobilista do estamento burocrático, ainda que seja portador de um determinismo distinto daquele que se centra na cultura. A diferença entre os determinismos - um conservador e o outro *progressista* - não vai além das palavras, como se pode ver pelas afinidades enumeradas. A educação, particularmente, é um campo onde o *projeto político* e o etnocentrismo mais se irmanam, sendo o *aparelho libertário* a continuação da *escola confessional*, com um discurso diferente, obviamente.

Por um lado os membros do estamento burocrático se impõem como sentinelas indormidas da cultura. Por outro se justificam com pose de arautos de um novo tempo, demiurgos formadores de um *novo homem*, tutores das *consciências ingênuas*, *vaqueiros da boiada cidadã*, porque apoiados em epistemologias dogmáticas, que afirmam *partir do real* (com destino ao irreal?) e que apresentam suas conjecturas e percepções como o *concreto pensado*.

É esta a vertente *dominante nos meios educacionais*, afinal, se as idéias dominantes são as do grupo dominante, não é surpresa que um projeto político historicista em cores libertárias seja a idéia dominante, desde que sirva ao poderoso estamento burocrático.

A concepção policêntrica de educação não reconhece qualquer definição à qual se possa reduzir o homem, emparedando-o numa antropologia filosófica oficial ou oficiosa. Também não pretende impor ou *converter* a qualquer projeto integracionista, empreendendo qualquer cruzada salvacionista, messiânica ou formadora de rebanhos unificados. Ela é laica, é cosmopolita, é adepta de uma epistemologia falibilista que não hierarquiza consciências definindo uma consciência esclarecida oficial ou oficiosa, não enseja aos dotados de espírito missionário a satisfação arrogante de sentir-se portador de uma *consciência superior*, pelo que não se presta à justificação dos donos do poder.

Mas o que ela oferece? A resposta é: oferece uma porta aberta a todas as aspirações e projetos, exceto aqueles voltados para a dominação, porque como diria Popper (1987), é preciso ser intolerante com os intolerantes para que eles não se imponham. Oferece a transmissão da herança cultural, desde que não se transforme em camisa-de-força. O seu modelo é a *cosmópole*, ou seja, é um não-modelo. Por isso é atenta ao desenvolvimento da pessoa, preocupada em prepará-la para o inusitado de um futuro visto

como uma caixinha de surpresas, posto que não reconhece *leis históricas* definidoras do porvir. Sua finalidade é a sociedade aberta, o que constitui um modelo político do tipo não-modelo, pela recusa das diretividades praticadas na vertente etnocêntrica e pelos arautos de projetos políticos.

## CONCLUSÃO

Os traços definidores do patrimonialismo burocrático e do respectivo estamento encontram-se muito descaracterizados ou encobertos na sociedade brasileira, pela justaposição de realidades diferentes da tipologia aludida. Encontrá-los sob o emaranhado das influências mais díspares exige um esforço de *escavação*, ao lado de um outro esforço para identificar e separar a mistura heterodoxa e surpreendente de manifestações históricas contraditórias como se vê na a sociedade brasileira.

O discurso mais inovador e até revolucionário encobre e revela uma identidade política e cultural própria da tipologia tradicionalista referida. Libertários revelam-se liberticidas. *Rebeldes* não passam de conformistas dóceis ante o poder do estamento burocrático. Para compreendê-los podemos tentar elaborar uma tipologia que nos permita distinguir entre eles.

Assim identificamos traços com os quais construímos um tipo *intimidado*, que percebe a astúcia do poder estamental, mas está sempre de acordo com ele por medo de desafiá-lo. Este diz que prefere ser Galileu, negando que a terra se mova, a ser Giordano Bruno, que foi imolado por não se retratar.

Outro tipo é o *inocente manso*, que não entendendo nada a sua própria volta, usa o léxico do discurso oficioso do estamento sem saber o que diz, mesmo porque não diz muita coisa, ainda que fale muito. O seu antípoda é o *inocente raivoso*, que também não compreende bem o que se passa, mas encontra um ninho acolhedor na confraria estamental, alivia os nervos na *catarse* das reuniões em que a veemência substitui a argumentação e onde não lhe faltam alvos fáceis para agredir, judas para malhar: é um *patinho feio* que acolhido se deixa manipular. Na galeria de tipos estamentais o vizinho mais próximo do inocente raivoso é o *santo guerreiro*. Este elabora com astúcia réplicas do *dragão da maldade* sob medida para que ele mesmo combata. Diferencia-se do

inocente raivoso porque o primeiro, além de inocente, é passional, enquanto o segundo, além de saber o que faz, é calculista e em geral desfruta de uma posição de liderança nas confrarias no interior do estamento.

O inocente raivoso pode ser um *D. Quixote*, que sendo míope, não distingue entre moinhos de vento e vilões, nem entre arbustos e donzelas, e não sabendo fazer outro coisa, como legítimo representante de um passado em instinção, só deseja atacar, montado em teorias, digo, em pangarés e eventualmente auxiliado por escudeiros disponíveis. Após evadir-se das páginas de Cervantes, este personagem luta desesperadamente para não ser arquivado pela história, recusando o asilo dos museus. Por último, existem os *prisioneiros do passado*, os quais, tendo na juventude prestado juramento às confrarias do estamento, (tais confrarias exploram inescrupulosamente a inexperiência dos jovens) abriram os olhos em relação a elas, mas, embora sejam escorraçados pelos *irmãos*, não se sentem com forças para enfrentá-los, seja por saber do que eles são capazes, seja por ter queixas maiores - e justas - contra injustiças e perseguições sofridas no passado, da parte de outras forças, adversárias da sua confraria.

O *oportunista* colabora com o poder estamental e com o jogo de justificação e de ocultação por ele praticado, seguindo as palavras de ordem, sem ver a *nudez do rei*. Mas, ao contrário dos tipos inocentes, percebe, em variados graus de nitidez, o jogo de justificação e disfarce, mas só pensa em pegar a *onda* como um surfista. Ele difere do santo guerreiro por ser um caudatário no interior dos grupos de poder. O sucesso pode transformá-lo em santo guerreiro, oportunidade em que passa a definir alvos e palavras de ordem.

Poderíamos construir muitos outros tipos, mas não pretendemos exaurir neste espaço a *taxionomia* de uma *biota* exuberante como esta. Examinemos apenas mais um tipo; o *pavão*, para quem os sofismas e paralogismos, assim como o léxico polissêmico e a virtual ausência de uma sintaxe da *novilíngua* e do *duplipensar* das confrarias do estamento patrimonial-burocrático constituem um modo *chic* de ser burguês. Este pode ser denominado ainda *radical chic*, ou *radical de cátedra*, *radical de butique*, etc. Ele não se constrange com as impropriedades porque não as percebe, antes se aproveita da licenciabilidade teórico metodológica para citar autores que não leu, ou que tendo lido não entendeu; para pontificar sobre o que não entende, desfrutando da apa-



rência de cultura e de profundidade conferida pelos símbolos totêmicos das tribos e seitas do estamento patrimonial nos meios semi-letrados que elas próprias constituem. O estamento, ou as tribos e seitas que nele polulam podem promover o *pavão a monstro sagrado*, transformando-o em *autoridade incontestável*, para se apoiar no pseudo-sábio produzido mediante o artifício do *culto à personalidade*. A criatura só terá que servir docilmente ao criador.

O *intimidado* quer sobreviver. O *inocente manso* quer viver. O *inocente raivoso* quer agredir ou fazer terapia. O *santo guerreiro* quer manipular. O *oportunist* é um caçador de sucesso. O *prisioneiro do passado* é um magoado e um constrangido que não consegue recalcitrar. E o *pavão* é um blefe.

E a educação? Esta *passa necessariamente* pela *questão social a nível* da qual se encontram as raízes do problema - causado pelo *neoliberalismo e pela globalização* por ele imposta. A solução *radical*, em cujo *bojo* está o *resgate da cidadania* e com ela a possibilidade de *um pensar consciente* que nos permita - *enquanto educadores - participar da construção de uma sociedade mais solidária*, está na *conscientização*. (Duas e uma).

## BIBLIOGRAFIA

- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1975. , 2v
- F.G.V. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro, F.G.V., 1986.
- GILES, Thomas Ransom. *História da educação*. São Paulo: E.P.U., 1987.
- HORTA, Luiz Paulo (organizador). *Sagrado e profano*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- KRIELE, Martin. *Libertação e iluminismo político*. São Paulo: Loyla, 1983.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Machiavelli, Nicolò, 1469-1527*. (Os pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARX, Karl Heinrich e Engels, Friedrich. *A comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Nacional, 1991.
- *A revolução dos bichos*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- PAIM, Antônio. *A querela do estatismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- POPPER, Karl Raymond. *Sociedade aberta universo aberto*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- SÁ, Maria Ivoni Pereira de e MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Desenvolvimento e Educação*. Cadernos da Educação nº 21. Fortaleza: U.F.C. Mimeo, 1994.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campos, 1988.
- SANDER, Benno. *Educação brasileira: valores formais e valores reais*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- WEBER, Max. *Sociologia*. São Ática: 1982.

## NOTAS

- 1 Patrimonialismo, ou Estado patrimonial, assim como patrimonialismo burocrático, constituem ideais-tipos, os quais, por sua vez, são construções teóricas, não constituindo realidades observáveis na sua inteireza ou plenitude. Tais construções derivam da reunião artificial, pelo pesquisador, de traços empiricamente observáveis - mas não em conjunto - com o objetivo de compor uma caricatura do real, considerando que as caricaturas identificam melhor do que as fotografias. Assim é obtido o reconhecimento de traços - na realidade social - e a compreensão do significado que eles têm na *constelação de fatores* integrantes de um fenômeno social. Falar em patrimonialismo no Brasil não significa dizer que existam, na sociedade brasileira, todos os traços deste modelo teórico. Os ideais-tipos constituem uma das principais contribuições de Weber à sociologia compreensiva.
- 2 Trocas inespecíficas são aquelas nas quais a contrapartida não é especificada e até é negada, mas na realidade a expectativa de contraprestação existe. Este tipo de troca é problemática porque sendo uma transação implícita enseja expectativas desencontradas. As trocas específicas são aquelas nas quais prestação e contraprestação são pactuadas explicitamente.
- 3 As relações comunitárias são aqui entendidas como distintas das relações do tipo associação. Estas são caracterizadas pela adesão consciente e deliberada, com objetivos bem delimitados, estabelecendo laços também circunscritos aos propósitos definidos quando da adesão. Já as relações comunitárias são essenciais, não se limitando a objetivos específicos, constituindo a identidade do sujeito. Os sócios de uma livraria têm entre si relações societárias. Os membros de uma igreja ou de um partido com feição de igreja ou seita mantêm laços comunitários, fazendo deles parte da própria identidade, o que resulta no tratamento de *irmãos* ou *companheiros*, na solidariedade diferenciada e na conduta de confraria.
- 4 Duplipensar e novilíngua são expressões utilizadas por George Orwell (1991) em uma ficção política denominada 1984, na qual um Estado todo poderoso controla a sociedade, recorrendo, entre outros meios, a uma manipulação do léxico (novilíngua) e da sintaxe (duplipensar) para ocultar as contradições da sua propaganda política.
- 5 A referência ao personagem de Cervantes objetiva caracterizar um tipo fiel à honra estamental, autêntico, não obstante grotesco, acumulando ainda a condição de lúdimo representante da forma de dominação tradicional, que no caso brasileiro não é a tradição feudal, mas patrimonial.
- 6 Falseabilidade aqui é o atributo que têm algumas proposições de serem susceptíveis à contrastação, à observação ou ao exame teórico, de tal modo que possam assim ser infirmadas. É este atributo um requisito necessário ao discurso que queira ser ciência (Popper, 1987).
- 7 O sentido em que a palavra seita é aqui empregada é o mesmo usado por Marx em carta a F. Bolte, datada de 23 de novembro de 1871, na qual se refere a *seitas* na *internacional*, dizendo que *a organização de Lassale não é mais do que uma simples seita*. Também Engels, em carta a T. Cuno, datada de 24 de janeiro de 1872, referido-se ao grupo de Bakunin, usa a expressão *seita*, a qual descreve como tendo membros *solidariamente unidos* acrescentando ainda que os referidos membros *entregam-se a intrigas*. Esta correspondência encontra-se publicada na *coleção fundamentos*, da editora Alceia Global, sob o título *A comuna de Paris*, constituindo uma coletânea de cartas de Marx e Engels a diversos membros da internacional. No caso do estamento patrimonial, existem muitas seitas rivais, como havia na *internacional*. Não se confunda a união interna das seitas com a união do estamento.
- 8 Maria Ivoni Pereira de Sá e Rui Martinho Rodrigues (1994) propuseram essa classificação.
- 9 A revolução dos bichos, outra obra de George Orwell (1982), é uma ficção política na qual os animais fazem política, revolucionam uma fazenda e nela tomam o poder. A nova ordem revolucionária é marcada por conflitos nos quais os companheiros se entredevoram pelo poder, como se acontecer nas revoluções, oportunidade na qual as ovelhas, organizadas e obedientes às palavras de ordem, não entendendo nada dos debates, aplaudem ou vão pavlovianamente, sem saber o que fazem, gritando em uníssono slogans adrede preparados.
- 10 O termo *historicismo* é empregado em dois sentidos distintos: para a sociologia compreensiva ele significa uma ruptura com o monismo metódico. Popper, diferentemente, restringe mais o significado do historicismo, reservando-o para aqueles que pretendem haver captado a lógica, ou o sentido, ou ainda o pulsar da história, considerando-se aptos para o exercício do que hoje está sendo chamado futurologia (Popper, s/d)